

LITERATURA NA MODERNIDADE/ SUBALTERNIDADE À BRASILEIRA

Marisa Schincariol de Mello

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar os limites e contradições do projeto de emancipação da modernidade à brasileira. Classe, gênero e raça influenciaram e reforçaram uns aos outros no processo de exclusão de uma parte da população dos direitos e deveres dos cidadãos na modernização capitalista brasileira. No entanto, houve um esforço por construir a imagem de um país que se modernizava nos termos de uma democracia racial, promovida pela miscigenação, igualdade entre os gêneros, cordialidade e se abria progressivamente rumo a um futuro promissor.

Palavras-chave: modernização, Brasil, opressão.

O processo de modernização capitalista que ocorre no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 se configura pela associação de dois elementos, constituindo-se numa unidade dos contrários, entre o moderno, que cresce e se alimenta em função do atrasado, ou pré-moderno, que sobrevive na medida em que serve ao primeiro. A “crítica da razão dualista”, formulada por Francisco de Oliveira, leva em conta que o processo histórico real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade dos contrários, entre o “moderno”, que cresce e se alimenta em função do “atrasado”. Dessa forma, o subdesenvolvimento é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo.

A partir da reflexão sobre a “exclusão” de uma parte da população do direito à cidadania, a o que autor vai denominar de *subcidadania*, e da crítica sobre a visão sociológica predominante sobre a modernização periférica, Jessé Souza vai formular uma visão alternativa sobre a modernização brasileira. Como suportes teóricos, o autor vai utilizar, de forma articulada, as reflexões de Charles Taylor e de Pierre Bourdieu sobre a configuração valorativa implícita ao racionalismo ocidental que configura um tipo específico de hierarquia social, assim como uma noção de reconhecimento social nela baseada que, supostamente universal e neutra, tende a naturalizar a desigualdade social nos centros e na periferia do sistema.

A racionalidade e a impessoalidade tão tipicamente modernas contribuíram para naturalizar, ou seja, o fato desta modernização se erigir com base na desigualdade torna de difícil percepção na vida cotidiana estes mecanismos de reprodução da subalternidade. Para que estes valores tenham eficácia, no entanto, é necessário que a percepção da igualdade seja uma dimensão da vida cotidiana e esteja efetivamente internalizada no conjunto da população.

A aceitação das desigualdades com aparência de igualdade se dá em diversas dimensões do processo social, tais como no acesso à educação, condições de habitação, inserção no mercado de trabalho, e mesmo no *senso comum*.

O francês Pierre Bourdieu que, sistematicamente, desmascara a “ideologia da igualdade de oportunidades”, vai buscar como estão estruturadas – econômica e simbolicamente – a reprodução e a diferenciação social e como se articulam o econômico e o simbólico nos processos de reprodução, desigualdade e construção do poder de maneira que, de um modo geral, a subalternidade seja aceita. Ou seja, há um sistema objetivo de prêmios e sanções que permite a estrutura estruturar, em grande medida, a experiência prática. Para tal, cunha o conceito de *habitus* e o articula ao das desigualdades econômicas.

Habitus é um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas automáticas, pré-reflexivas, com uma dimensão corpórea, ou inscrita no corpo, de nossas ações, disposições e escolhas. O que somos, o que vestimos, o que comemos, o que estudamos, etc. manifestam-se em nossos corpos e, por outro lado, são a forma através das quais classificamos as pessoas e os grupos sociais e lhes concedemos ou não reconhecimento social, base da noção moderna de cidadania jurídica e política. Ou seja, *habitus* implica na interiorização de valores, normas e princípios sociais que asseguram a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade, havendo sistemas de classificação que preexistem às representações sociais.

O corpo é o campo de forças de uma hierarquia mascarada – entre sexos, raças e classes - contribuindo decisivamente para a naturalização da desigualdade em todas as suas dimensões. Dessa forma, gênero, raça e classe só podem ser verdadeiramente compreendidos articuladamente, como um nó. Afinal, por mais difícil que possa parecer, as identidades não estão à venda e disponíveis a partir do consumo. Não se trata de uma escolha disponível nas prateleiras dos supermercados, mas, de fato, estão ligadas à experiência, que são únicas por um lado, mas na maior parte, compartilhadas.

Jessé, ao propor uma visão alternativa sobre a construção da subcidadania na modernidade periférica, formula uma subdivisão interna à categoria de *habitus*. Ao *habitus*, nos termos de Bourdieu, ele vai denominar de *habitus primário*, aquele que incorpora as características básicas disciplinadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício das funções produtivas no contexto do capitalismo moderno. Abaixo dele, viria o *habitus precário*, aquelas disposições de comportamento não ajustadas às demandas objetivas da sociedade moderna e competitiva. São as vidas indignas de serem vividas, descartáveis, não portadoras de cidadania e, portanto, não produtivos e úteis. São os subcidadãos, a parcela da

sociedade que vive sofrendo preconceito e humilhações, não detentora dos direitos que são resguardados aos cidadãos, mas individualmente culpadas por sua incompetência frente às regras do jogo e aos deveres exigidos por esta visão moral, a que denomina de *ralé estrutural*.

Para além da desigualdade econômica, há uma idéia amplamente disseminada que há um valor diferencial entre os seres humanos que legitima esta desigualdade para que o seu caráter violento e injusto seja escamoteado. É a chamada ideologia do desempenho, que estimula a capacidade de desempenho objetiva através do acesso diferencial permanente a chances na vida e a oportunidade a bens escassos. Ela é intransparente na medida em que se ancora em instituições como o mercado e o Estado, e parecem, à consciência cotidiana, efeitos universais e neutros de um mundo aberto à competição meritocrática. A burguesia, enquanto classe social dirigente, trabalha para generalizar a sua própria economia emocional às classes dominadas, onde prevalecem enquanto modelos a serem seguidos o domínio da razão sobre as emoções, o cálculo prospectivo, auto-responsabilidade, etc. Por sua vez, a classe trabalhadora organizada generalizou e expandiu dimensões fundamentais da igualdade nas dimensões civis, políticas e sociais.

No Brasil, o período que vai dos anos 1930 até os anos 1945, é aquele em que se concentra o primeiro esforço brasileiro para consolidar as duas principais instâncias do mundo moderno, que são o mercado e o Estado. A visão internacional predominante neste momento histórico sobre a relação entre estas duas instâncias é a de que o esforço modernizador deveria ser organizado pelo Estado. Lembremos que inauguramos um momento imediatamente seguinte à grande crise econômica do capitalismo, dos anos 1929, quando uma visão liberal da economia vai sendo substituída pela defesa da intervenção estatal nos rumos da economia, da cultura, da educação, da família e de sua vida privada, de modo a cumprir as exigências de uma crescente racionalização burocrática.

Juntamente, houve um esforço de construção de uma identidade nacional. É por meio do mecanismo de reinterpretação que o Estado, através de seus intelectuais, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressão da cultura nacional. O candomblé, o carnaval, os reisados, etc, são, desta forma, apropriados pelo discurso do Estado, que passa a considerá-los como manifestação de brasilidade. A construção da identidade nacional necessita, portanto, desses mediadores que são os intelectuais. São eles que descolam as manifestações culturais de sua esfera particular e as articulam a uma totalidade que as transcende, ainda que haja confronto/ desajuste entre produção simbólica e a experiência das classes populares. A cultura enquanto fenômeno de linguagem é sempre passível de

interpretação, mas em última instância são os interesses que definem os grupos sociais que decidem sobre o sentido da reelaboração simbólica desta ou daquela manifestação. Os intelectuais têm neste processo um papel relevante, pois eles são os artífices deste jogo de construção simbólica.

Dentro deste esforço em esboçar uma identidade nacional agregadora construiu-se a imagem de um país que se modernizava nos termos de uma democracia racial, promovida pela miscigenação, igualdade entre os gêneros, cordialidade e se abria progressivamente rumo a um futuro promissor.¹ Por outro lado, vivíamos e ainda vivemos uma fantasia compensatória de que damos ênfase à emoção e ao sentimento em relação ao cálculo racional, somos seres humanos hospitaleiros, mais quentes, calorosos, fatores positivos de nossa pré-modernidade. Na verdade, classe, gênero e raça influenciaram e reforçaram uns aos outros no processo de exclusão de uma parte da população dos direitos e deveres dos cidadãos na modernização capitalista brasileira. Todavia, há um contexto de obscurecimento das causas da desigualdade, seja para os privilegiados, seja para as vítimas desse processo.

Dessa maneira, foram criadas medidas para separar os negros que não fossem cidadãos, daqueles que optassem por embranquecer, em sua cultura, higiene, comportamento e até, eventualmente na cor de pele. A possibilidade de ascender de um *habitus precário* para compartilhar o *habitus primário* se dava através do embranquecimento. A escola, neste caso, cumpre a função de consagrar a *distinção* – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas, o que as permite definir o que é a cultura legítima.

Na primeira metade do século XX, o pensamento racial ocupou papéis explícitos e implícitos na elaboração da educação pública. Entre 1917 e 1945, os dirigentes da área de educação – em sua maioria médicos e cientistas sociais – dedicaram-se a expandir o sistema educacional, tornando a escola pública acessível aos brasileiros pobres e não-brancos. Ou seja, foi uma elite de homens brancos, médica, científico-social e intelectual, através um discurso racionalista e meritocrático, que transformou suas teorias raciais em políticas educacionais. Não é por acaso que, em 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e

¹ Esta visão é reforçada pela célebre conceito de homem cordial, de Sergio Buarque de Holanda e pela visão positiva do encontro racial, de Gilberto Freyre, onde nossa singularidade passa a ser a propensão para a síntese das diferenças e para o encontro cultural, formando uma unidade na multiplicidade, uma democracia racial ou social mais ampla, culturalmente comparável à democracia formal política norte-americana. Mesmo Florestan Fernandes considerava que, em última instância, o desenvolvimento econômico e a desagregação da ordem escravista levariam a uma maior igualdade racial necessariamente.

Saúde Pública. Os pobres e não-brancos eram considerados degenerados, e a possibilidade de ascenderem socialmente e escaparem à degeneração residia no embranquecimento. A hierarquia racial – que privilegiava aparência, comportamento, hábitos e valores brancos de classe média – fundou-se em valores considerados inquestionáveis, como o mérito e a ciência, os que as tornou duradouras e eficazes.

A implementação da educação pública universal no Brasil foi influenciada por séculos de colonização escravista, realizada por uma elite européia branca que emprestou sua cultura, idéias, como modelos, da qual estes educadores progressistas são descendentes. Os valores sociais, depois de séculos de colonialismo e dominação racial, continuavam a associar a brancura à força, saúde, ciência e virtude – preservados e reforçados pela depreciação de outros grupos que, por sua vez, eram associados à preguiça, ao misticismo, falta de saúde, criminalidade, etc. uma nação racialmente mista carecia de brancura para manter sua vitalidade. Alguns brasileiros de cor poderiam fazer parte do país moderno que se construía embranquecendo por meio da ascensão social.

Os formuladores de políticas educacionais eram homens, ainda que as professoras fossem majoritariamente mulheres, numa posição hierárquica. Houve um incentivo para que as mulheres cumprissem o papel profissional de educadores, estendendo seu papel de mães para as profissões que mais se aproximavam dos chamados cuidados. Assim as mulheres de classe média passam a ocupar, aos poucos, as carreiras profissionais de professoras e enfermeiras, majoritariamente. As mulheres pobres, que sempre trabalharam “fora”, eram lavadeiras, empregas domésticas e cozinheiras, entre outras profissões.

Dessa forma, constatamos que do ponto de vista da relação entre homens e mulheres há, também, um esforço de modernização. Reconhecemos que há muitas mudanças nessas relações, mas a indagação é justamente a resultante dessas alterações. Em primeiro lugar, destacamos a diferença entre as mudanças na vida das mulheres das classes média e alta e, em sua maioria brancas, das mulheres pobres e, por sua vez, majoritariamente negras. Não queremos falar da mulher brasileira no singular, como se esta condição fosse indiferente à classe social da qual pertencem as mulheres ou de sua raça, preferimos o plural, mulheres brasileiras.

Por outro lado, não há alterações significativas no papel social que homens e mulheres devem ocupar, o que Susan Besse vai denominar como modernização da desigualdade. As mulheres ainda devem ser passivas, restringirem-se ao espaço privado e à esfera da reprodução da vida humana, desvalorizada nos níveis simbólico e material, e aos homens cabe

a função ativa, o espaço da produção e o espaço público. As características das mulheres estão ligadas à corporalidade e à emoção e são, portanto, ambíguas, enquanto os homens são os portadores do *habitus* moderno, relacionado com a racionalidade.

Aqui, mais uma vez, há uma concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, ou seja, entre o viver as expectativas quanto ao viver, os corpos e os *habitus* dos agentes que torna possível, legítima e natural a divisão entre os sexos, onde o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. O reconhecimento das fronteiras entre dominados e dominantes, que o poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes contra sua vontade, aceitando os limites impostos, assumem muitas vezes as formas de emoções corporais – vergonha, humilhação, culpa – ou até mesmo admiração, amor e respeito pelos dominadores. Com isso, não queremos culpabilizar as mulheres ou ratificar a dominação, pelo contrário, procuramos deixar à mostra que a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes, longe de ser um ato livre e consciente, é um poder inscrito de forma duradoura no corpo dos dominados e reproduzido constantemente pela organização da sociedade. Resta-nos subverter a fundo como as estruturas estruturam estas relações desiguais.

Se o moderno era valorizado como o futuro na esfera pública, os valores de modernidade de fato passam a invadir os lares e perturbar a nova ordem. Os críticos masculinos, expondo suas idéias nos jornais, criticavam o individualismo e egoísmo das mulheres, o divórcio, o amor livre, o feminismo e o trabalho assalariado. Mesmo nos sindicatos, os homens sentiam-se ameaçados pelas mulheres trabalhadoras, não só por seus empregos, mas pela possibilidade de alteração da esfera privada. Já na década de 1920 havia um debate público de que o casamento e a família estavam em crise e, portanto, foi o Estado quem interveio para regular o espaço privado e para garantir uma socialização adequada das novas gerações.

No que tange às famílias, havia diferentes políticas para as diferentes classes sociais. O casamento era uma instituição majoritariamente de classe média e alta. As famílias pobres – sem propriedades, nem recursos - eram consideradas instáveis, pelo fato de não casarem legalmente e de terem filhos ilegítimos. Mesmo que valorizassem o casamento, raramente não podiam realizá-lo. Por outro lado, as mulheres das famílias pobres, por trabalharem fora e viverem em uniões consensuais, possuíam uniões mais flexíveis e um pouco mais igualitárias. As crônicas, os romances de costumes e as caricaturas retratavam as mulheres das classes média e alta atacando abertamente os valores e repudiando as normas de comportamento da organização familiar machista e patriarcal.

Os homens da classe média e alta, por sua vez, tinham poucos motivos para repudiar o casamento. Ele oferecia status, apoio emocional, conforto, sem limitar seriamente sua liberdade social. Para as mulheres, não havia muitas alternativas ao casamento porque, mesmo se permanecessem com seus pais ou irmãos, que garantiriam seu sustento, não conseguiam alterar, na maior parte das vezes, os papéis domésticos e da vida de família. Se tivessem filhos e optassem por não casar, não tinham garantias legais de que o pai sustentaria as crianças e se ficassem solteiras eram sujeitos a julgamentos constantes sobre suas vidas pessoais. Para os homens, realização relacionava-se a êxito profissional e para as mulheres o casamento, que as permitia maior independência em relação aos pais, status de adulta e mãe e sustento econômico. Lembremos que o divórcio se tornaria legal no Brasil somente em 1977.

A luta para modernizar a família – pilar da ordem social e política - tornou-se parte da luta das elites modernizantes para a consolidação de um país burguês, moderno, próspero e ordeiro e, o Estado, não só oferecia estímulos materiais para os casarem e terem filhos, como impunha medidas coercitivas para fazer cumprir seu ideal modernizador – que limitavam a participação das mulheres no trabalho assalariado, monitoravam o comportamento das famílias pobres, além de uma série de sanções penais para punir infratores graves. Neste contexto, são construídas as vilas-modelo operárias nas proximidades das grandes fábricas, são concedidos benefícios da previdência social para as viúvas, a penalização do adultério masculino e feminino.

No Brasil, portanto, o desenvolvimento do ideal modernizador deu por uma intervenção, principalmente por parte do Estado – de vigilância e controle público - cada vez na vida privada e no próprio corpo da população. Por outro viés, o esforço de forjar uma unidade nacional homogênea, deixou de lado a diversidade de gênero, raça e de classe. Esta tendência uniformizadora não é capaz de superar as desigualdades econômicas, de respeitar as diferenças culturais e muito menos de permitir o acesso aos meios tecnológicos, questão que vai sendo colocada com o desenvolvimento tecnológico, que se dá, principalmente, a partir do pós Segunda Guerra Mundial.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

AHMAD, Aijaz. “Problemas de classe e cultura”. In FOSTER, John Bellamy & WOOD, Ellen Meiksins. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

- BENJAMIN, Walter. "O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov." In *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo, UNESP, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand, 2005.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp, 2007.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo, Editora UNESP, 2006.
- FLORESTAN, Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Editora Global, 2007.
- FOUCAULT, Michel. "Os recursos para o bom adestramento". *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987, p.143-161.
- _____. "Poder-corpo". *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, p. 145-152.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1933.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 [1936].
- MATTOS, Patrícia. "a mulher moderna numa sociedade desigual". In SOUZA, Jessé. (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p. 153-198.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *O processo de 30 e suas conseqüências*. Porto Alegre, ERUS, 1983.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Dramas para negros e prólogos para brancos*. Rio de Janeiro. Teatro Experimental do Negro, 1961.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica da razão dualista*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1994
- PEREIRA, Victor Hugo. *A musa carrancuda: teatro e poder no Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.
- _____. "Moderno e desigual: a literatura e a teoria na revisão dos mitos sobre o país". XI Congresso Internacional da Abralic.
- _____. "O TEM e a modernidade". In Müller, Ricardo (org.). *Dionysios: teatro experimental do negro*. Rio de Janeiro, Fundacen/ MinC, 1988.
- _____. "Documentos da pobreza, desigualdade ou exclusão social". In *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. No 30, Brasília, julho/ dezembro de 2007, PP. 11-26.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, Editora UFMG / Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.
- _____. (org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- SOUZA, Ruth de. "Pioneirismo e luta". In Müller, Ricardo (org.). *Dionysios: teatro experimental do negro*. Rio de Janeiro, Fundacen/ MinC, 1988.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.